XXIX ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS

25 A 29 DE OUTUBRO DE 2005

GT 21: RURALIDADE CONTEMPORÂNEA: DESAFIOS E PERSPECTIVAS

NOVAS RURALIDADES: IDENTIDADE, MEIO AMBIENTE E TURISMO

MARISA BARBOSA ARAUJO LUNA

NOVAS RURALIDADES: IDENTIDADE, MEIO AMBIENTE E TURISMO[1]

MARISA BARBOSA ARAUJO LUNA[2]
mba_luna@yahoo.com.br

RESUMO

Este trabalho pretende ser um exercício de análise de situações contemporâneas envolvendo novas ruralidades, perpassadas por temas transversais como meio ambiente, identidade, territorialidade e turismo. A região do médio Vale do Ribeira-SP se destaca pelo grande número de Comunidades Quilombolas. Dentre elas, detenho o meu foco em duas: André Lopes e Sapatú. Ambas já tituladas têm em comum a sobreposição do território quilombola ao Parque Estadual de Jacupiranga (PEJ). Além de um grande potencial ecológico, o Parque se destaca pelo potencial turístico: nele se situam diversas cavernas e cachoeiras. Um grande número de moradores das duas comunidades exerce atualmente a atividade de *monitor ambiental*; alguns são remunerados pelo Estado, através da direção do PEJ, e outros têm como fonte de renda uma porcentagem do valor arrecadado com as visitas aos pontos turísticos, ainda sob a gestão do Parque. O conflito que se instaura envolve a luta pelo direito sobre os recursos naturais, e conseqüentemente pela sua exploração turística, vista pelos moradores como uma alternativa econômica à agricultura, historicamente praticada. Nesse contexto, observam-se representações e práticas que articulam as noções de identidade étnica, ecológica e territorial.

COMPREENSÕES DO RURAL ou O RURAL RESSEMANTIZADO

O contexto contemporâneo, delineado pelo processo de globalização, redesenha as relações de mercado, redimensiona o papel do Estado e configura novas formas de sociabilidade. A diversificação da produção agrícola, as tecnologias alternativas de cunho agroecológico e orgânico, as relações entre novos atores sociais, a expansão do turismo rural, ecológico e cultural, a

[1] Esse é um texto preliminar; as idéias e reflexões contidas aqui ainda estão em elaboração.
[2] Doutoranda do PPGAS – IFCH / UNICAMP
Membro do CERES – Centro de Estudos Rurais – IFCH / UNICAMP

valorização das culturas locais e das identidades étnicas reconfiguram o mundo rural.

No campo dos estudos rurais, os fenômenos contemporâneos instauram um debate acerca da redefinição do quadro teórico e analítico.

Vale lembrar que Mormont critica a perspectiva do "fim do rural" e propõe que a dicotomia rural-urbano não seja pensada enquanto uma assertiva apriorística metodológica: "somente fazendo desta divisão do espaço uma dimensão da vida social e procurando entender como ela se articula às outras dimensões, considerando a divisão rural-urbano[3] como objeto e não como quadro de análise, que se pode fazer uma análise do rural que permita compreender, para além dos discursos, as problemáticas e o sentido das transformações em curso na sociedade global" (Mormont, 1996:176).

O mesmo autor aponta para o fato de que as evoluções demográficas, econômicas e o aumento da mobilidade não permitem mais opor o rural e o urbano como dois universos sociais, duas sociedades distintas e até mesmo opostas. Para ele, entretanto, isso não significa um esgotamento da questão rural.

A proposta da existência de dois espaços diferenciados, empirica e analiticamente, - o rural e o urbano -, permanece, mas recolocada de forma diversa. Como bem define Wanderley, "... privilegiam como *objeto de estudo*, os espaços rurais em sua multiplicidade de formas e a própria diversidade das relações dialéticas, que eles estabelecem com o mundo urbano e o conjunto da sociedade" (Wanderley, 2000: 130).

Não se trata de focar as sociedades rurais a partir de uma perspectiva totalizante; da mesma maneira, de não se trata de pensar a autonomia do rural em relação ao urbano: o modelo analítico propõe a interdependência, a comunicação, a complementaridade. (Cf. Ferreira, 2002)

Uma das perspectivas teórico-metodológicas que abordam a confluência dos processos sociais no campo permite falar em novas ruralidades, ou seja, dinâmicas contemporâneas que redesenham a dicotomia campo-cidade. As

[3] Sobre o debate teórico acerca da relação rural-urbano Cf. Mendras, 1991; Redfield,1960; Shanin,1980; Wolf, 2003 e outros.

identidades rurais, ou novas ruralidades são socialmente construídas, no interior de processos sociais, em contextos específicos e expressam as novas relações entre campo e cidade. (Cf. Carneiro,1998)

Ainda no caminho de uma redefinição da relação rural-urbano, Wanderley contesta o desaparecimento das diferenças espaciais e sociais entre o rural e o urbano, e afirma a necessidade de uma nova abordagem que consiga "recompor o objeto e repensar a realidade rural em seus modos contemporâneos de recomposição ou reestruturação" (Wanderley, 2000). Acredita que o mundo rural é um segmento da sociedade mais ampla que o domina, e propõe uma nova maneira de construir o objeto dos estudos rurais que considere a substituição do enfoque clássico, centrado nas sociedades rurais tradicionais, e conceba o espaço rural como um "espaço singular".

A autora acredita que mesmo quando se atinge a equidade (ou homogeneidade no acesso aos recursos materiais), as representações sociais dos espaços rurais e urbanos reiteram as diferenças significativas, que têm repercussão direta sobre as identidades sociais, sobre os direitos e sobre as posições sociais de indivíduos e grupos, tanto no campo quanto na cidade.

Para localizar o lugar de onde falo, cabe ressaltar alguns aspectos do debate: a autonomia do universo rural enquanto categoria de representação historicamente construída e espaço de vida.

O fato de cada categoria social usar um ou outro elemento para definir a sua identidade depende de sua situação na localidade e da conjuntura relacional que vivencia. A articulação entre noções do rural e identidade social é que permite abordar as ruralidades enquanto expressões multi-identitárias. As identidades são construídas pelas representações dos atores de acordo com suas representações do passado, o tipo de atividade econômica, estilo de vida, formas de lazer e demandas político-sociais.

Assim, a reconceituação sócio-política do rural assume diversas formas. A linguagem do meio ambiente e da etnicidade tem sido colocada pelos atores rurais para legitimar identidades e reivindicações. Como bem coloca Moreira e Gaviria, "as representações sobre o rural deixam de ser elaboradas a partir de

categorias opositivas em relação ao urbano, apoiadas em aspectos econômicos, para se firmarem em valores de cunho ambiental e cultural" (Moreira &Gaviria, 2002: 50).

O rural, portanto, passa a ser compreendido enquanto uma categoria analítica, uma categoria política e uma categoria social. Categoria que carrega em si a diversidade das relações entre espaços sociais, atores sociais e suas dinâmicas, inscritas no tempo e no espaço.

Jollivet, ao refletir sobre a vocação da sociologia rural, ainda no final da década de 90 constrói uma proposta analítica e metodológica capaz de dar conta das dinâmicas sociais que compõem o quadro rural contemporâneo. Para tanto, o "entrecruzamento entre duas análises – micro e macro – é indispensável. Procedimento deve estar situado no quadro de análise das transformações da sociedade global e dos processos de reestruturação sócio-política. A análise de um sistema social localizado, considerado enquanto sociedade local aborda as transformações internas das comunidades, as novas funções que delas se esperam, as recomposições espaciais às quais são levadas, a emergência de novas solidariedades territoriais, as novas problemáticas e os novos conflitos impõem a reelaboração do quadro de análise, para que este possa dar conta da realidade enquanto um sistema social e perceber o papel que representam no processo de integração social, através, sobretudo, de suas funções identitárias.

Esta situação requer a análise das mudanças, da transição e pressupõe análises circunstanciadas capazes de perceber "continuidades e as transformações nos processos de reprodução da sociabilidade e o sentido das relações sociais. A hora, portanto, é a de um retorno maciço e metódico às pesquisas de campo, porque faltam as observações concretas para fazer um contrapeso à crescente invasão de discursos, imagens e estatísticas que constroem o "senso comum" nesse nosso tema" (Jollivet, 1998:18).

Orientada pelas perspectivas descritas, volto o meu olhar para um estudo de caso nas comunidades remanescentes de quilombo de André Lopes e Sapatú, no Vale do Ribeira, SP.

DE NEGROS RURAIS A QUILOMBOLAS

Até a década de 70, no Brasil, o imbricamento entre etnicidade e ruralidade não era sequer mencionado no campo das Ciências Sociais. Estudos sociológicos e antropológicos sobre populações rurais que apresentavam a particularidade de serem negras apareceram a partir de então[4], porém tal imbricamento não era o foco central das abordagens.

Estamos hoje diante de uma nova realidade, que vai além de uma percepção legalista da pluralidade da sociedade brasileira. A Constituição de 1988 formalmente garante a diversidade étnica e cultural. A etnicidade tornou-se um instrumento vigoroso de reivindicações políticas e da busca pela construção de um país pluralista. Vale lembrar que os estudos sobre aculturação que dominaram o universo antropológico na década de 50, no Brasil, colocaram a questão da diversidade numa perspectiva integralizadora.

No entanto, novas abordagens da diversidade étnica e cultural ajudam a compreender o processo que vem ocorrendo nas últimas décadas, nas quais se vivencia um momento significativo de emergência de identidades étnicas[5]. No caso dos grupos negros, a identidade de "remanescentes de quilombos".

A Constituição federal de 1988, no artigo 68 nos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias[6], reconheceu a propriedade definitiva das terras ocupadas por comunidades remanescentes de quilombos, impondo ao Estado o dever de emitir os títulos respectivos. Tal reconhecimento, associado à previsão de tombamento de todos os documentos e sítios detentores de reminiscências históricas dos antigos quilombos, garantiu o reconhecimento constitucional às comunidades quilombolas. Dentre os avanços jurídicos que a discussão sobre a demarcação das terras quilombolas gerou, estão a incorporação de conceitos étnicos e culturais para a demarcação da terra (até então, os preceitos para a regularização da posse agrária envolviam somente o trabalho na terra), e a demarcação por comunidade, que implica no conceito de propriedade comum.

---

[4] Cf. Gusmão, 1979; Brandão, 1977; Queiroz, 1983; Vogt e Fry, 1986.

[5] Há um grande debate acerca do fenômeno da etnogênese (conceito usado para descrever a emergência e a reinvenção de identidades étnicas). Cf. Oliveira, 1999; Arruti, 1997; Banton, 1979.

[6] Artigo 68 – Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os título respectivos.

Estabelecido o direito, coube ao Estado[7] criar mecanismos para a sua aplicação e implementar procedimentos legais e administrativos referentes à regularização e titulação das terras de quilombos. A luta das comunidades remanescentes de quilombos, para a legalização fundiária de suas terras, passou a ser ponto de pauta da questão agrária no Brasil[8].

Um grande debate acadêmico, acerca das definições e conceitos que estão ligados ao cumprimento do artigo 68, instaurou-se nos últimos anos (Cf. Almeida, 2002; Benatti, 1997, 1988, 2001; Carvalho, 2002; O'Dwyer, 2002; Rios, 1997; Andrade, 1997). Critérios antropológicos são determinantes para a definição das comunidades beneficiárias. Os conceitos de quilombo e de território, identidade e tradição são chaves para o processo de legitimação da posse das comunidades.

Contemporaneamente, as chamadas terras de preto, ou comunidades remanescentes de quilombo, constituem uma especificidade dentro do campesinato brasileiro e conjugam três elementos: terra, etnicidade e território. Entende-se que, além do uso da terra para subsistência, existe uma apropriação simbólica da mesma, constituindo assim os territórios negros no Brasil, marcados por histórias e ocupações singulares.

A emergência destas comunidades significa a produção de novos sujeitos políticos, de novas unidades de ação social, através de uma maximização da alteridade que, por um lado, transpõe a indistinção institucional verificada em outros momentos da história nacional (Cf. Arruti, 1997).

O uso da identidade étnica implica, para a população que a reivindica, a "possibilidade de ocupar um novo lugar na relação com seus vizinhos, na política local, diante dos órgãos e políticas governamentais, no imaginário nacional e, finalmente, no seu próprio imaginário" (Arruti, 1997:22). Trata-se de reconhecer nos grupos, até então marginais, um valor cultural totalmente novo: ao invés de

---

[7] Cabe ao Estado Nacional a obrigação da titulação das terras, entretanto, há casos em que as ocupações e território de quilombo incidem em áreas devolutas estaduais e/ou municipais, demandando a atuação do estado e/ou município.

[8] Foram criados: o Grupo de Trabalho Interministerial para a Valorização da População Negra, do Programa Nacional de Direitos Humanos, do Ministério da Justiça, o Incra, desde 1995 criou uma categoria especial de projeto de assentamento: o Projeto Especial Quilombola. Estados como Pará e São Paulo criaram também Grupos de Trabalho com o objetivo de estudar e apresentar propostas ã questões relacionadas com a regularização definitiva das terras quilombolas.

representarem os que estão presos às relações arcaicas de produção e reprodução social, passam a ser reconhecidos como símbolo de uma identidade, de uma cultura e de um modelo de luta e militância negra, explicitando a positividade atribuída à identidade quilombola. A exemplo disso, lembro que na primeira vez que fui a André Lopes, fui apresentada a João Vitorino, o presidente da Associação dos remanescentes de quilombo de André Lopes. Na nossa conversa de apresentação, que mais me pareceu um emocionado discurso inaugural, pela formalidade da cena e pelo concatenamento e elaboração das idéias, apresentadas em volta de uma mesa, João fez questão de marcar positivamente a sua identidade: "*Eu me valorizo muito. Tenho orgulho de quem sou, da minha pele, do meu pai Lembro que no enterro dele, deixamos ele descalço: pode mostrar os pés deste nego porque este nego foi assim...*"

Desse modo, um novo campo de estudos passa a responder as demandas originadas na luta política, e recoloca a necessidade de estudos etnográficos que dêem conta do imbricamento entre identidade étnica, ruralidade e história.

Um novo objeto ainda em definição se coloca, sobretudo para antropólogos. A abordagem analítica de tal objeto pode ser feita a partir dos estudos rurais, dos estudos étnicos ou ainda, da interlocução entre as duas perspectivas. Para os estudos rurais, a abordagem teórico-metodológica proposta por Carneiro, que centraliza o foco nos processos sociais e nos atores sociais, permite uma amplitude maior de análise. Além de considerar as dinâmicas sociais, acredito que a proposta contempla de maneira satisfatória a dialética entre ação e representação no plano das relações sociais.

Sendo assim, uma possível linguagem sócio-política da ruralidade contemporânea é a identidade étnica. Ela traz, em si, atributos ecológicos, pois pressupõe uma forma específica de territorialidade, de uso dos recursos naturais e de práticas agrícolas (agricultura orgânica), mas também diz respeito à disputas por direitos territoriais, e à inclusão econômica e política na sociedade nacional. André, monitor ambiental e morador de André Lopes, explicita da seguinte maneira a relação entre etinicidade e ruralidade: *"Somos um pouquinho*

de cada um, agricultor rural e quilombola, mas com a diferença de ser quilombola, de ter agricultura de subsistência, diferente dos ruralistas e grandes produtores agrícolas.... a diferença é que não usamos produtos químicos, que fazemos a agricultura orgânica, por isso somos quilombolas rurais..."

ANDRÉ LOPES, SAPATÚ E PLURIATIVIDADE

Localizadas à margem esquerda do rio Ribeira de Iguape, no município de Eldorado, as atuais comunidades quilombolas Sapatú e André Lopes, sofreram ocupação derivada dos dois ciclos econômicos por que passou o Médio Vale do Ribeira: o ouro e a cultura de arroz e cana de açúcar. A mineração preponderou como atividade econômica principal do século XVII ao final do século XVIII. Com o declínio da mineração, a atividade agrícola passou a prevalecer, a partir de meados do séc. XIX (Cf. Stucchi, 2000). O contingente de mão-de-obra escrava, usado, sobretudo na atividade mineradora, foi residualmente utilizado pelos fazendeiros da região.

Assim, Stucchi define que "a história de ocupação do Vale se confunde com a história da formação das comunidades negras que participaram dos grandes ciclos econômicos de maneira marginal, porém articulada com os ocupantes brancos da região. A presença autônoma ou relativamente autônoma das comunidades negras na região durante o período escravagista brasileiro permitiu configuração de territorialidades tradicionalmente constituídas, que se redefiniram ao longo do tempo, consolidando-se como inúmeros bairros rurais habitados predominantemente por negros." (Stucchi, 2000:65)

No séc. XX, em meados da década de 50, as melhores terras da região estavam nas mãos dos grandes proprietários, restando aos demais as áreas inclinadas, impróprias para o cultivo agrícola. Nesse contexto, a atividade de extração do palmito juçara ascende comercialmente. Com o auge econômico da atividade extrativa, entra em cena o Estado, como interventor direto na vida das

comunidades rurais, através da política de criação de unidades de conservação por toda a região do Vale do Ribeira.

Os limites do Parque Estadual de Jacupiranga se sobrepuseram ao território de André Lopes e Sapatú, impondo à população local limitações e restrições ao uso da terra, impedindo a manutenção de práticas extrativas e agrícolas que configuravam uma forma peculiar de uso do território: o uso comum[9].

Ainda na década de 60, foi inaugurada a estrada ligando os municípios de Eldorado e Iporanga. A construção da estrada, somada às restrições impostas pela legislação ambiental, instaurou uma nova organização espacial na localidade. Os moradores de ambas as comunidades passaram a se concentrar perto da estrada, fora dos limites do Parque. Assim, as populações de Sapatú e André Lopes ocupam hoje cerca de 6 quilômetros de extensão, ao longo da rodovia.

Em 2001, ambas foram reconhecidas como remanescentes de quilombos, com uma população de cerca de 82 e 76 famílias, respectivamente e com uma área de aproximadamente 2500 halqueires cada uma. Apesar das comunidades terem sido tituladas separadamente, é importante ressaltar que a origem e a existência de ambas se dá em conjunto, desenhada por uma rede de relações sociais. Antes de serem unidades sociais concretas – tipo "micromunicípios" –, são formas de auto-identificação utilizadas pelos membros das comunidades nas suas relações com a sociedade englobante. Ao mesmo tempo em que Sapatú e André Lopes configuram a "unidade" comunidades quilombolas do Vale do Ribeira, guardam suas especificidades e marcas de distinção, explicitadas na diversidade social interna[10] e em disputas e conflitos pela ação

[9] Ao contrário da forma de uso e apropriação do território, encontrada em diversas regiões e estruturada em módulos rurais de terra "que levam sempre à formação de um quadrilátero, de áreas contínuas e fechadas" (Benatti, 2001:40), as áreas de *uso comum* não são fixas e permanentes: os roçados são cultivados anualmente em manejo rotativo, tampouco as áreas para extração de recursos naturais (caça, pesca, palmito, sapé) são necessariamente adjacentes.

[10] O grupo conhecido e que se reconhece enquanto comunidade quilombola Sapatú, é constituído por 3 subgrupos, a saber, Cordas, Indaiatuba e Sapatú. A identidade "institucionalizada" Sapatú é acionada na relação com a sociedade englobante e com as outras comunidades quilombolas. No contexto da organização e das relações sócio-espaciais do grupo, operam ainda as distições internas.

de mediadores e execução de projetos[11]. Isso mostra o caráter relacional e situacional das marcações identitárias.

A agricultura é bastante variada: são plantados arroz, feijão, mandioca, milho, cana de açúcar e banana. Algumas famílias ainda criam animais de pequeno porte, como galinhas, porcos e patos. Entretanto, a dificuldade do acesso à terra, agravada pelas restrições da legislação ambiental, atingiu os pequenos agricultores: estes ficaram limitados a um pedaço pequeno de terra, não podendo mais praticar o sistema de coivara, que exige intensa rotação das terras usadas para o cultivo.

Esse quadro contribui para a busca de atividades não agrícolas, que segundo vários autores, dentre eles Wanderley, é um fenômeno observável no mundo rural contemporâneo, já que "o que caracteriza hoje o perfil da 'categoria socioprofissional' dos agricultores é a diversidade de situações, tanto quanto estratégias adotadas; neste caso, à competência, no que se refere ao campo propriamente profissional, da produção agrícola, imposição crescente da inserção em mercados competitivos, deve-se acrescentar a necessidade freqüente de que os agricultores se tornem *polivalentes* e *pluriativos*, capazes, portanto, de estender sua atuação profissional para além da produção agrícola – especialmente nas fases de transformação e comercialização dos produtos – e ampliar a renda, com atividades, agrícolas ou não, dentro ou fora do estabelecimento familiar."(Wanderley, 2000:123)

Moradores de André Lopes e Sapatú buscam a complementação da renda através da diversificação de atividades. Verifica-se a combinação entre agricultura e atividades de comércio como bares e restaurantes, venda de artesanato e prestação de serviços, como pedreiro, faxineira, monitores ambientais além do assalariamento em colheitas e plantações de grandes propriedades da região. Há um grande número, em ambas as comunidades, de

[11] Com o processo de reconhecimento das comunidades quilombolas, a atuação de ONGs, Universidades e Instituições Estatais nas comunidades se fez extremamente presente na forma de parcerias e de desenvolvimentos de projetos de educação, de alternativas econômicas e geração de renda. Atualmente em Parceria com a ONG Amora Carambola e com a Pró Reitoria da Extensão da Unicamp, está sendo desenvolvido em Sapatú um projeto que visa a implantação de uma fábrica comunitária de processamento de banana, a capacitação de 20 monitores e a colocação da produção no mercado. Este projeto está sendo financiado pelo programa Fome Zero da Petrobrás.

beneficiários de programas assistenciais do governo, que vão desde o “bolsa escola” até o “vale gás”.

A fala de João Vitorino, presidente da Associação Quilombola de André Lopes e arrendatário de um restaurante, enuncia a busca por alternativas econômicas à agricultura: “*A roça está se acabando e a gente quer diminuir desmatamento para diminuir o impacto, mas como fazer isso se não tem outra alternativa? Aqui tem trabalho, mas não tem emprego.*”

Assim, nesse contexto, a tendência é a crescente importância da atividade turística em detrimento da agrícola, o que mostra que a associação do trabalho pluriativo exclusivamente aos processos de urbanização e industrialização pode ser muito limitadora (Alentejano, 1999).

A busca de alternativas pode ser percebida também como conseqüência da ausência de políticas públicas voltadas para os pequenos produtores, pois para se ter acesso ao crédito, é necessário o título da terra, e as comunidades em questão ainda não são tituladas[12]. A dificuldade de escoamento e comercialização de produtos agrícolas também se coloca na região.

A condição de pluriativo pode ser uma resposta às necessidades de reprodução das unidades domésticas, mas nem sempre a valorização simbólica de uma ou outra atividade corresponde à sua importância econômica para a família. Seu José Pedro e sua esposa produzem e vendem balas artesanais de banana. Nos finais de semana, seu José vai até as proximidades da Caverna do Diabo[13] para oferecer o produto aos turistas. Faz questão de enfatizar: *“Eu não vivo disso, não. É uma complementação. Eu vivo do cabo da enxada, de segunda a sexta. Ela [*a bala*] não deixa ninguém rico, mas dá prá ganhar algumas moedinhas.”* Quando então perguntei sobre os produtos plantava e comercializava, seu José respondeu que *“plantava um pouco de tudo: arroz,*

[12] Alguns passos compõem o processo de acesso à terra. O primeiro é a *identificação*: a partir da demanda do grupo, representado por uma associação local. A partir da auto-identificação do território, é elaborado um croqui de uso e ocupação da área, que embasará a demarcação técnica do território. Um relatório técnico (laudo antropológico) é elaborado e, uma vez publicado no Diário Oficial do Estado de São Paulo, oficializa-se o *reconhecimento* da comunidade.

Uma vez *reconhecida*, iniciam-se os trâmites para processo de *titulação*, que apresenta diferenças de acordo com as características jurídicas das terras que compõem a área pleiteada pela comunidade: se devolutas, não discriminadas ou particulares. Os títulos de domínio são emitidos, porém estes só podem ser registrados na medida em que as áreas tenham sido desapropriadas.

[13] A Caverna do Diabo é um ponto turístico localizado no Parque Estadual de Jacupiranga.

mandioca, banana, feijão, milho", mas só para o consumo familiar, pois *"o mais importante agora não é vender; é não comprar..." Nota-se que ele atribui maior importância à atividade agrícola, mesmo que esta não esteja gerando alguma renda (diretamente) para a família.* Assim, citando Carneiro, vemos que "É necessário, portanto, levar em conta não apenas os aspectos materiais envolvidos no exercício da pluriatividade, mas também, e principalmente, os seus conteúdos culturais e ideológicos segundo os projetos individuais e os interesses das famílias" (Carneiro, 1998:212).

A peculiaridade da situação local reside no fato de que a perspectiva de titulação da terra faz com que a situação assuma um caráter temporário, e que a venda da terra não se coloca como solução em situação nenhuma.

Ter acesso à propriedade da terra implica no acesso à novas fontes de recursos através de políticas públicas, mas também através de alternativas econômicas como a exploração de nichos de mercado, que vão desde o turismo ecológico até a venda de produtos agrícolas, artesanais, agregados do "valor étnico". Assim, na fala de João Vitorino: *"Temos que valorizar o que é nosso, porque vamos competir com o que é de fora. Senão não dá prá ganhar..."*

O que se espera, portanto, é a regularização da propriedade da terra, para que o acesso às novas possibilidades e alternativas não seja só um projeto.

TER A TERRA E ESTAR NO PARQUE

Criado em 1969, o Parque Estadual de Jacupiranga – PEJ, possui uma área de cerca de aproximadamente 150.000 hectares. É o segundo maior Parque do Estado e fonte permanente de conflitos. Espalha-se sobre as comunidades de André Lopes e Sapatú.

Em 1997, a reativação de projetos de turismo ambiental fomentados pelo Instituto Florestal iniciou uma nova fase de conflitos com as comunidades. A população que ainda se encontrava dentro dos limites do Parque foi empurrada

para a sua borda, aonde atualmente reside a maior parte dos moradores de ambas as comunidades[14].

Um outro complicador foi a criação da Área de Proteção Ambiental da Serra do Mar[15], em 1984, que abrangeu parte dos 11 municípios do Vale do Ribeira, ocupando uma área de cerca de 469.450 hectares. A APA Serra do Mar fecha um circuito geográfico com as outras Unidades de Conservação do Vale e incide aonde estão localizadas as comunidades de André Lopes e Sapatú. O Zoneamento da APA regula o uso dos recursos naturais e, com a sua criação, a atividade fiscalizadora se intensificou de tal maneira que, a partir da década de 80, a prática agrícola decresceu extremamente. Embora não seja proibido, o manejo agrícola no interior da APA requer uma autorização do órgão licenciador estadual. Para tanto, o requerente deve apresentar o título de propriedade da área a ser desmatada. Como até hoje, a população não possui o título de propriedade, sendo ainda classificada enquanto posseira perante a lei, o cultivo agrícola torna-se, no mínimo, irregular, se praticado. Com a ausência desta licença, se um morador for autuado pela Polícia Florestal, ele poderá responder admnistrativamente,civilmente e até criminalmente pelo ato. O que acontece, de fato, é que, os moradores passam a cultivar pequenos roçados, em lugares bem afastados, nos *sertões*. A distância e o tamanho dos roçados faz com que a possibilidade de serem descobertos pelos *florestais* diminua. Entretanto as dificuldades fazem com que a agricultura seja cada vez menos uma prática e uma alternativa, dando lugar à extração de palmito, também ilegal, porém muito mais fácil de ser praticada em surdina.

Atualmente, entretanto, o conflito parece estar menos latente e a fiscalização menos incisiva. Percebe-se que há uma certa lógica de acomodação ao sistema restrições - infrações - multas. Seu Dário, de Sapatú,

---

[14] A Lei 10.850, de 06/07/2001, recua os limites do PEJ. Entretanto, para que haja a titulação, deverá haver a homologação da demarcação, que depende do andamento de uma ação descriminatória e da conclusão de todos os processos de desapropriação e indenização dos não quilombolas que estão nos perímetros das comunidades

[15] Segundo o SNUC, Sistema Nacional de Unidades de Conservação, existem dois tipos de unidade de conservação: as de Proteção Integral e as de Uso Sustentável. No grupo das Unidades de Proteção Integral estão os Parque Nacionais (e Estaduais); neles a presença de população humana é proibida. As Áreas de Proteção Ambiental são Unidades de Uso Sustentável. Essa categoria permite a presença humana, mas as atividades devem ser reguladas por um plano de manejo. Uma diferença fundamental entre as duas áreas é o fato de que nas APAs é permitido a existência de terras privadas, ao contrário dos Parques.

conta que já levou duas multas por cortar palmito. Ainda, nas comunidades, não é tão velado o fato de que muitas famílias sobrevivem da extração do palmito.

Josias, presidente da Associação Remanescentes de quilombos de Sapatú e guarda parque do PEJ desde 1996, conta que *"já foi mais fiscalizado. Eles sabem que a gente não é invasor. Do outro lado do Parque, no Cedro, em Barra do Turvo, tem muito invasor. Eles querem aplicar aqui o que eles aplicam lá. Aqui eles não são invasores."*

As várias experiências de gestão e preservação de recursos florestais colocaram agricultores no centro da discussão ambiental. Em 1997, com o início da admnistração do PEJ pelo Instituto Florestal, foi oferecido aos moradores das comunidades o primeiro curso de monitores ambientais. Se, por um lado, *"o parque oprime"*, por outro ele oferece, através da Secretaria de Turismo, alguma alternativa econômica. A postura de *"tirar com uma mão e dar com a outra*" não foi bem vista por algumas pessoas das comunidades, sobretudo pelo fato de saberem que tinham o direito legal sobre uma parte da área do PEJ. Na ocasião, inclusive, as associações se posicionaram contra a participação de quilombolas no curso de formação. Entretanto, acabaram cedendo e, hoje, as duas comunidades tem juntas um total de 18 monitores ambientais prestando serviços no PEJ. A atuação dos quilombolas foi (e ainda é) marcada pela criação da AMAMEL – Associação dos Monitores Ambientais do Município de Eldorado –, em meados de 1998.

Já na ocasião da primeira eleição para a presidência houve um racha, pois o candidato eleito representava os monitores da cidade. André, monitor ambiental quilombola, formado na primeira turma, relata a oposição em termos de "*nós aqui de cima*" e o *"povo da cidade*". Depois do racha, o "*povo da cidade*", "*mais individualista*", criou a ONG Pé no Mato, e a AMAMEL ficou aos cuidados dos monitores quilombolas.

Uma das conquistas da AMAMEL foi a obrigatoriedade do acompanhamento de um monitor ambiental nas visitas à Caverna do Diabo e outras locações do PEJ.

Para entrar no parque, cada visitante paga R$5,00. Deste valor, R$ 3,00 fica para a admnistração do PEJ e o restante vai para o monitor acompanhante. Durante a semana, os monitores trabalham em um sistema de escala, já que a quantidade de turistas diminui bastante; já nos finais de semanas e feriados, a participação deles no trabalho é opcional, sendo feito um esquema de rodízio no acompanhamento das visitas entre que comparecem para *trabalhar*.

No parque ainda há uma lojinha na qual artesãos locais vendem produtos, como balas, compotas de banana e utensílios feitos da palha da bananeira. Em uma conversa com Josias, e com seu José Pedro, ambos expressaram a necessidade (e o projeto) de um selo quilombola, pois não querem *"vender artesanato como só uma lembrança, sem história."*

O contexto rural brasileiro é perpassado por diversas estratégias de seus atores para a permanência neste espaço social. É um rural dinamizado por movimentos sociais de acesso à terra, onde atores põem em prática estratégias diversas, que vão desde a pluriatividade ao cooperativismo e associativismo.

A valorização do patrimônio natural e cultural de cada localidade é dimensão importante do desenvolvimento territoria, pois ajudam a construção e a reafirmação de identidade local e são alternativas para lugares aonde a produção agrícola não é suficiente. Porém, cabe uma ressalva: a situação de uma determinada comunidade quanto à propriedade legal da terra é fundamental para a análise dos processos sociais em curso, na medida em que tal situação é determinante dos rumos de tal processo, como pode ser verificado no fato contado por André:

"Se não fosse a coisa da comunidade quilombola e o direito à terra, André Lopes seria uma instância turística igual à Serra, aonde fica a caverna Santana. Lá os moradores tiveram que embarcar no sistema de comprar tudo e não conseguem.... Um ou outro consegue se dar bem, mas o povo mesmo não. Aqui estaria neste mesmo caminho..."

O bairro ao qual André se refere, Serra, se encontra hoje *"cheio de pousadas e restaurantes"*, cujos proprietários são *"pessoas de fora"*, que compraram a terra do *"povo de lá"*.

Nas palavras de Mormont, “o que está em jogo, portanto, nas redefinições do rural, hoje, é a tradução, na gestão e na política, de oposições entre as concepções divergentes de natureza, mas também do trabalho e do habitat. O meio ambiente não se superpõe às questões rurais e agrícolas clássicas, ele as reformula e as recompõem” (Mormont,1996:40).

Os processos sociais que configuram a reconceitualização sócio-política do mundo rural consolidam práticas que, muitas vezes estão associadas à consolidação de processos participativos de planejamento e gestão social.

BIBLIOGRAFIA

ALENTEJANO, P.R.R. *Pluriatividade: uma noção válida para a análise da realidade agrária brasileira?* In TEDESCO, J.C.(org). Agricultura Familiar: realidades e perspectivas. Passo Fundo: EDIUPF, 1999.

ALMEIDA, Alfredo W. B. *Os quilombos e as novas etnias*. In O'DWEYER, Eliane (org.) Quilombos: identidade étnica e territorialidade. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.

ANDRADE, T (org). *Quilombos em São Paulo: tradições*. Direitos e lutas. São Paulo: Imesp, 1997.

ARRUTI, José Maurício. *A Emergência dos "remanescentes": notas para o diálogo entre indígenas e quilombolas*. In Mana, vol.3, n.2, 1997.

BANTON, M. *Etnogênese* . In A idéia de raça. Lisboa:Edições 70, 1979.

BRANDÃO, C.R. Peões, Pretos e Congos: trabalho e identidade étnica em Goiás. Brasilia: Ed. UNB, 1977.

BENATTI, J. H. *Constituição e Cidadania: a demarcação das terras de quilombolas no estado do Pará.* Caderno de Pós graduação em direito. Belém: UFPA, v2. n8/9, 1988.

_____ Posse agroecológica e manejo florestal: um estudo das concepções jurídicas sobre os apossamentos das populações tradicionais da Amazônia brasileira. Dissertação (Mestrado) Universidade Federal do Pará, Belém, ed. Rev, 2001

_____ *Posse Coletiva da Terra: um estudo jurídico sobre o aposamento de seringueiro e quilombolas*. Revista CEJ/ Conselho da Justiça Federal, Centro de Estudos Judiciários – vol 1, n1, Brasília, CJF, 1997.

CARNEIRO, M.J. *Ruralidades: novas identidades em construção*. In Estudos sociedade e agricultura, UFRRJ, n.11, out. 1998a.

_____. Camponeses, Agricultores e Pluriatividade. Rio de Janeiro: Contracapa, 1998b.

CARVALHO, Maria Celina P. et all. *A atualização do conceito de quilombo: identidade e território nas definições teóricas*. In Ambiente e Sociedade. Ano V, n.10, 2002.

FERREIRA, A. D. D. *Processos e sentidos sociais do rural na contemporaneidade: indagações sobre algumas especificidades brasileiras.* In Estudos sociedade e agricultura, UFRRJ, n.18, out., 2002.

GUSMÃO, N. Campinho da Independência: um caso de proletarização caiçara. Dissertação de mestrado. PUC/ SP, 1979.

JEAN, Bruno. *Les territoires ruraux dans la modernité avancée et la recomposition des systèmes ruraux*. In Estudos sociedade e agricultura, UFRRJ, n.18, abril, 2002.

JOLLIVET, M. *A "vocação atual" da sociologia rural*. In Estudos sociedade e agricultura, UFRRJ, n.11, out., 1988.

MENDRAS, H. La fin des paysans, suivi d´une réflexion sur La fin des paysans vingt ans aprés. Actes Sud, 1991.

MOREIRA R.J. e GAVIRIA, M. R. *Territorialidades, ruralidades e assimetrias de poder na comunidade de Taquari*. In Estudos sociedade e agricultura, UFRRJ, n.18, abril, 2002.

MORMONT, M. *Le rural comme lecture du social*. In JOLLIVET e EIZNER (org.) L´europe et ses campagnes. Paris: Press de la Fondation Nationale des Sciences politiques, 1996.

_____*Who is Rural? Or How to be rural: towards a sociology of the rural*. In MADSEN, TERRY et al. (org). Rural restructuring: global process and their responses. London: David Fulton, 1990.

O'DWEYER, Eliane. *Os quilombos e a prática profissional dos antropólogos.* In O'DWEYER, Eliane (org.) Quilombos: identidade étnica e territorialidade. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.

OLIVEIRA, J. P. *A viagem da volta*. Rio de Janeiro: Ed. Contra Capa, 1999.

QUEIROZ, R. Caipiras negros no Vale do Ribeira: um estudo de Antropologia econômica. São Paulo: USP, 1983.

REDFIELD, R. *Peasantry: part-societies.* In The little community, peasant society and culture. Chicago: University Chicago Press, 1960.

RIOS, A. V. *Quilombos: raízes, conceitos, perspectivas*. In Boletim Informativo NUER – Regulamentação de Terras de Negros no Brasil. Vol. 1, n.1, 1997.

SHANIN, T. *A definição de camponês: conceituações e desconceituações – o velho e o novo em uma discussão marxista.* Estudos Cebrap, 26. São Paulo, 1980.

STUCCHI, D; OLIVEIRA JR., A; CHAGAS, M.; BRASILEIRO, S. *Laudo Antropológico das Comunidades Negras de Ivaporunduva, São Pedro, Pedro Cubas, Sapatú, Nhunguara, André Lopes, Maria Rosa e Pilões. Vale do Rio Ribeira de Iguape*, SP. In ANDRADE, T. et all (orgs.). Negos do Ribeira: reconhecimento étnico e conquista do território. São Paulo: ITESP, 2000.

VOGT, C.& FRY, P. Cafundó. A África no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

WANDERLEY, M. N. B. *A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades modernas avançadas – o rural como espaço singular e ator coletivo*. In Estudos sociedade e agricultura, UFRRJ, n.15, out, 2000.

WOLF, E. *Tipos de campesinato latino-americano: uma discussão preliminar*. In FELDMAN-BIANCO & RIBEIRO (orgs.) Antropologia e Poder. Brasília-Campinas: Ed. UNB e UNICAMP, 2003.